

política

Jaguarão defende ajustes na reforma tributária

Candidato avalia que Senado deve discutir uma forma de prorrogar a suspensão da dívida do Estado com a União



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Seguindo a série de entrevistas com os candidatos a senador pelo Rio Grande do Sul, o **Jornal do Comércio** ouviu as propostas de Renato Jaguarão (Cidadania). Ele compõe a chapa majoritária liderada pelo candidato ao governo do Estado Marcelo Maranata (PSDB).

Jaguarão acredita que o Senado Federal precisa fazer correções na reforma tributária durante o período de transição, que deve se estender até 2033. Uma das principais modificações é a unificação dos tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS no Imposto sobre Valor Agregado, conhecido como IVA Dual - que é dividido entre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Jaguarão teme que a cobrança do IVA possa criar dificuldades ao fluxo de caixa das empresas brasileiras.

O candidato do Cidadania também defende a diminuição da máquina pública nos Três Poderes da República. Se eleito, pretende defender a criação do Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste como uma maneira de corrigir um desequilíbrio no pacto federativo - que estaria destinando mais recursos para estados do Norte e Nordeste. Ele é a favor também da prorrogação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

Jornal do Comércio - O senhor tem abordado o tema da reforma tributária em eventos públicos. O que pensa sobre o novo modelo, cuja transição se estenderá até 2033?

Renato Jaguarão - O IVA existe em mais de 100 países. É uma modalidade que simplifica a arrecadação. No papel, ele não é ruim. Hoje vivemos em um manicômio tributário. Ninguém sabe o que está pagando. Então, a unificação dos impostos vai facilitar. Mas, nos outros 99 países onde existe o IVA, o imposto não gira em torno de 30%. Além de ter uma tributação altíssima, o imposto vai ser cobrado na hora que o cidadão passar o cartão na máquina...

JC - Isso vai influenciar no fluxo de caixa das empresas...

Jaguarão - Exatamente, esses 30% não ficam mais com o empresário. Automaticamente, vão para o governo federal. Até hoje, esse recurso ficava no caixa da empresa, principalmente das pequenas empresas, que servia como um capital de giro, fluxo de caixa. Aquele valor ficava ali para pagar alguns boletos até o fim do mês e, depois de fechar o mês, repassava o imposto à União. Com a reforma, se ele quiser ter esse giro de caixa, ele vai buscar onde? No banco, onde vai pagar 14% de juros (tomando como referência a atual taxa Selic).

JC - Acredita que isso deve ser ajustado durante a fase de transição, até 2033? Qual o papel do Senado nesse processo?

Jaguarão - Essa discussão acontecerá nos próximos anos. Então, vou acompanhar esse tema de perto no Senado. No ano que vem, (a cobrança dos novos impostos) já começa. Precisamos ajustar algumas questões da reforma tributária, precisamos estudar uma maneira de diminuir a carga tributária, além de fazer uma reforma administrativa...

JC - Acredita que a máquina pública deve ser diminuída?

Jaguarão - Precisamos de uma reforma urgente no Brasil. A máquina está inchada. Hoje temos um Congresso Nacional com 513 deputados e 81 senadores. São aproximadamente 28 mil pessoas trabalhando na Câmara dos Deputados e Senado. Não temos essa quantidade de policiais federais no País. Então, a máquina pública está mal distribuída.

JC - Tem muitas pessoas em cargos administrativos e poucas executando as atividades



Renato Jaguarão (Cidadania) compõe majoritária de Marcelo Maranata (PSDB)

Perfil

Paulo Renato Jaguarão Silva da Rosa nasceu em Jaguarão em 5 de julho de 1969. Mudou-se para Porto Alegre em 1988 para servir no Exército, onde permaneceu por seis anos. Entrou para a política a convite do amigo Sebastião Melo (MDB). Depois, participou da campanha vitoriosa do ex-governador Antônio Britto (MDB, 1995-1998). Trabalhou como assessor do então deputado estadual Sérgio Zambiasi (na época, PTB) na Assembleia Legislativa. Acompanhou o parlamentar quando ele se elegeu ao Senado. Jaguarão trabalhou oito anos em Brasília. Em 2008, retornou ao Rio Grande do Sul, para concorrer a prefeitura de Jaguarão. Não se elegeu. Trabalhou nos mandatos estadual e federal da deputada Any Ortiz (primeiro no PPS, depois no Cidadania, agora no PP). Foi filiado durante 10 anos ao PTB. Depois teve uma passagem pelo PSDB e, atualmente, está no Cidadania.

fins, como policiais, professores e médicos...

Jaguarão - Perfeito, é isso mesmo. Precisamos de 28 mil pessoas para cuidar de 513 deputados e 81 senadores? Precisamos de um Judiciário, onde um desembargador chega a ganhar R\$ 150 mil. Claro que juízes e desembargadores devem ganhar bem, afinal, trata-se de uma função importante. Mas existe um teto constitucional (para os salários no serviço público) que precisa ser respeitado.

JC - Os parlamentares do Sul e Sudeste não têm conseguido articular a aprovação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o fundo constitucional dessas regiões. O que pensa sobre essa matéria?

Jaguarão - Os estados da região Sul e Sudeste não tiveram forças para entrar em uma discussão sobre a revisão do Pacto Federativo. (Segundo o Ranking dos Políticos) A cada R\$ 100 que o Rio Grande do Sul envia à União em impostos, a União devolve ao Rio Grande do Sul apenas R\$ 19 em repasses. A cada R\$ 100 que o Maranhão paga de impostos, a União devolve R\$ 203 para o Maranhão. Isso foi equacionado dessa maneira na Constituição de 1988, porque,



Precisamos estudar uma maneira de diminuir a carga tributária, além de fazer uma reforma administrativa.

naquele momento, havia estados que produziam muito e estados que produziam pouco. Então, os estados mais ricos pagariam mais (tributos), e os estados mais pobres pagariam menos...

JC - E o que pensa desse arranjo?

Jaguarão - Naquele momento, não foi colocada metas para os estados pobres que produziam pouco. "Vocês têm tanto tempo para começar a produzir." Também não foi dado para esses estados subsídios para que pudessem se desenvolver. Hoje o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo pagam muito e sustentam os demais estados. Ninguém quer fazer um apartheid, uma separação entre os estados, não se trata disso. Mas um fundo para a Região Sul é uma forma de equilibrar esta balança que, hoje, é injusta.

JC - Como avalia o processo de reconstrução do Rio Grande do Sul após a enchente de 2024? Como o Senado pode atuar na prorrogação do Funrigs e na atração de recursos ao Estado?

Jaguarão - Tivemos vários problemas de infraestrutura por consequência da catástrofe climática no Rio Grande do Sul, que destruiu nossas estradas, ferrovias, pontes e o patrimônio de várias famílias. Então, uma das saídas (para a reconstrução) seria um projeto de isenção no Estado, da mesma forma que o governo federal fez com Manaus, ao criar a Zona Franca de Manaus. Poderia chamar de uma Zona Franca do Pampa, por exemplo. Isso daria 20 anos, 25 anos, 30 anos (de isenção) para as empresas se recuperarem no Estado.

JC - E a dívida com a União?

Jaguarão - O Rio Grande do Sul não vai conseguir se recuperar, caso volte a pagar a dívida em 2027. As obras de reconstrução vão ter começado há pouco tempo pela morosidade e burocracia dos contratos e das licitações. Então, se não houver uma discussão no Senado Federal para prorrogar a suspensão da dívida, esse passivo vai se multiplicar outra vez, porque o Estado não terá condições de pagá-lo.